

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

A escassez dos espaços na periferia da cidade de São Paulo como fator limitante para a construção de novos Centros Educacionais Unificados (CEUs)

Ivan Luis Gomes e Rafael Souza Chagas

Fevereiro de 2009

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

A escassez dos espaços na periferia da cidade de São Paulo como fator limitante para a construção de novos Centros Educacionais Unificados (CEUs)

Resumo

Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) são exemplos de novos espaços para atender a uma demanda de equipamentos públicos na cidade de São Paulo, ou seja, são equipamentos públicos que ineditamente integram espaços de lazer, cultura e educação. Sendo assim, os mesmos exigem, devido seu projeto, grandes extensões de áreas na cidade. Diante disso, nesse trabalho se procurou, minimamente, problematizar a questão da possível escassez de espaços que viriam a atender a demanda para a construção de tais equipamentos. Tendo em vista que tal política pública apesar de recente, já é bem quista pela população das periferias e foram utilizadas como promessas de campanha por parte dos candidatos à prefeitura da cidade de São Paulo no ano de 2008.

Forma de apresentação: Comunicação oral

Eixo temático: 5 (5.1)

Fevereiro de 2009

A escassez dos espaços na periferia da cidade de São Paulo como fator limitante para a construção de novos Centros Educacionais Unificados (CEUs)

1. Introdução

A problemática posta como desafio a ser desenvolvida aqui no presente artigo, é fruto de duas pesquisas distintas sobre os Centros Educacionais Unificados (CEUs), a primeira com o título “*CEU Butantã: da nova forma ao novo conteúdo na paisagem*” e a segunda diz respeito a um trabalho de conclusão de curso de Gomes (2008), intitulado “*Centralidades Culturais e periferia na cidade de São Paulo: o caso Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã*”¹. Nesse sentido, algumas das idéias colocadas por nós que se seguem nos parágrafos seguintes fundamentando a linha de raciocínio desenvolvida, também estão presentes nos trabalhos supracitado sendo que o último de modo parcial, apresenta algumas considerações a cerca do tema a ser tratado aqui.

Pois bem, a cidade de São Paulo, a partir do segundo semestre de 2003, passou a conhecer novos espaços públicos destinados a geração de novas formas de sociabilidade. Trata-se dos Centros Educacionais Unificados, popularmente conhecidos como CEUs. Localizados na periferia² da metrópole, esses espaços qualificados, primordialmente na condição de escolas oferecendo ensino infantil, fundamental e EJA, são dotados de equipamentos destinados a práticas culturais (biblioteca, telecentro, teatro, cinema, oficinas) e esportivas/ lazer (quadras, pista de skate, piscinas) objetivando oferecer “*a possibilidade de acesso a alguns benefícios da vida urbana até então reservados à cidade dos outros*” (SÃO PAULO, 2003/2004).

Em termos político-ideológicos a implementação dos CEUs representa a tentativa do “*resgate de uma dívida social*” (SÃO PAULO, 2003/2004) histórica para com os moradores, composta em sua maior parte por trabalhadores de baixa renda, da periferia da cidade de São Paulo, concentrando em um mesmo complexo equipamentos de diversas naturezas destinados a práticas institucionais das quais essa população era, por vezes, sistematicamente privada. Vale ressaltar que tal iniciativa nunca figurou entre qualquer política pública praticada nas gestões anteriores, podendo em termos políticos partidários estar alinhada a tradicional “*esquerda*”. Pois o projeto representaria uma tentativa por parte do Estado (e não do “*Laissez Faire*” do Mercado) de atenuar a “*exclusão social*” dos grupos sociais aos quais o projeto contemplaria. Para alguns autores como Marques e Bichir (2001), as periferias metropolitanas das cidades brasileiras (incluindo São Paulo), representariam territórios caracterizados, dentre outras coisas, pela ausência do Estado totalmente intocadas por qualquer política pública, com exceção dos “*empreendimentos*

¹ Trabalhos apresentados junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) nos anos de 2006 e 2008 respectivamente.

² A bibliografia existente sobre periferia é extremamente heterogênea e numerosa, ora complementares ora conflitantes. Sem querer nos ater muito a essa questão, a título ilustrativo apenas, recorreremos à definição de periferia dada por alguns autores, tais como: Bonduki, (2001), Langenbuch (2001), Maricato (2002), Marques e Bichir (2001), Martins (2001) dentre outros. Disponibilizaremos as referências completas dos autores e referidas obras citados na bibliografia.

habitacionais massificados implantados a partir do final dos anos 1960, o que teria levado à constituição de espaços de vida bastante precária” (MARQUES & BICHIR, 2001:10). Os CEUs representariam então uma tentativa de levar a presença do Estado para a periferia.

Assim, diante dessa política pública implementada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de São Paulo, a gestão que assumiu o mandato seguinte (2005-2008), uma coligação entre o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e os Democratas (DEM), deu continuidade a tal política. No momento atual, diante do pleito eleitoral³, volta a tona as promessas de continuidade da implementação dos CEUs na cidade de São Paulo, aprimorando-os ou não. Visando com isso também a possibilidade de angariar votos, pois, perante a população os complexos obtiveram uma boa aceitação⁴.

Diante de tal conjuntura, deparamos com a seguinte hipótese: A cidade de São Paulo passa por um momento no qual a escassez de terrenos nas regiões periféricas da cidade se torna um empecilho para a construção de novos CEUs.

Dessa forma, o objetivo pertencente à presente pesquisa, apontar para as possibilidades de confirmação dessa hipótese levando em conta o contraste existente entre os métodos pelos quais são escolhidas as localidades dos CEUs e a escassez de áreas adequadas ao padrão do equipamento.

No que se refere aos métodos de escolha das regiões para a edificação dos CEUs, podemos destacar a utilização de alguns instrumentos por parte da prefeitura. Assim foi feito com base em vários indicadores e dados oficiais, dos quais se destacam aqueles extraídos do “*Mapa da Exclusão/ Inclusão Social da cidade de São Paulo – 2000*”, sob a coordenação da Prof^a. Aldaíza Sposati, o “*Mapa da Distribuição Espacial de Crianças e Adolescentes Punidos com Internação*”, elaborado pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Foram utilizados também o “*Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*” e o levantamento de equipamentos públicos existentes por distritos identificados na elaboração do “*Plano Diretor da Cidade de São Paulo*”, delimitando os terrenos em áreas de exclusão social, grande densidade populacional, demanda escolar e por equipamentos de esporte e cultura.

Os dados obtidos provenientes dos indicadores sociais da cidade de São Paulo supracitados foram cruzados e com isso se esperavam encontrar as “áreas prioritárias” para que o poder público pudesse escolher os locais para a construção dos CEUs.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP), instituição à qual os CEUs são subordinados, em alguns casos, constatou por meio de pesquisas de campo que as “áreas prioritárias” apontadas pelo cruzamento dos dados sobre os indicadores sociais utilizados para a escolha dos locais para a construção dos complexos, a existência de uma limitação de ordem física. Trata-se da escassez de terrenos em tais áreas com as dimensões requeridas pelo projeto. Em decorrência dessa limitação, os locais onde foram construídos os CEUs não correspondem, muitas vezes, as “áreas prioritárias” apontadas pelo cruzamento dos dados sobre os indicadores.

Dessa maneira que é inserida nossa problemática, ou seja, como encontrar essas áreas para atender as demandas dessa população periférica por tal equipamento público em

³ As eleições municipais na cidade de São Paulo (assim como no Brasil) ocorreram no início de outubro de 2008.

⁴ Como atestado no estudo de caso sobre o CEU Butantã através de algumas entrevistas realizadas com moradores da comunidade e usuários do CEU. In: GOMES, I. L. Centralidades Culturais e periferia na cidade de São Paulo: o caso Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã, 2008.

uma cidade extremamente edificada como São Paulo? Pois bem, na época da construção das primeiras unidades, a então secretária municipal da educação, Maria Aparecida Perez, justificava esse fato da seguinte forma:

Essa é a questão do terreno, de você encontrar área pública ou para ser desapropriada. Quando optamos por 21 CEUs, foi em função disso, das áreas efetivamente disponíveis, mas a pesquisa continuou. Você vê a dificuldade de encontrarmos áreas com outras características. Por exemplo, em Parelheiros, onde seria [construído] um dos primeiros CEUs, acabamos encontrando uma área que achávamos que fosse pública, mas não era, e isso nos levou a fazer mais pesquisas, inclusive em cadastros imobiliários e até a recuperar áreas que não estavam no cadastro da prefeitura. O caso do Jardim Ângela é semelhante: mesmo estando em área de violência, lá não tem terrenos que permitam a construção de um CEU (PADILHA & SILVA, 2004: 35).

A pesquisa de levantamento de terrenos para dos CEUs, teve início no ano de 2001. A partir do trabalho de representantes da Secretária Municipal de Educação de São Paulo (SMESP) foram levantado, a princípio 168 terrenos em 80% dos distritos da cidade. Porém só no início de 2002 após discussões técnicas e que se pode chegar aos 21 primeiros terrenos (DÓRIA, 2007: 144). Assim, foi possível a abertura do processo de licitação para identificar a construtora que daria início a construção destas unidades. Dessa forma, as obras foram ocorrendo a partir do momento em que os terrenos desapropriados pela prefeitura foram sendo liberados. Segundo, Ademir José Moraes Mata, diretor do Departamento de Edificações (Edif), na época, dos 21 terrenos, existiam 14 particulares e apenas 7 públicos (*idem*, 2007: 148).

2. Do plano teórico para o plano prático: Como se encontram os CEUs na atualidade.

Com o levantamento bibliográfico realizado foi possível delimitar e problematizar a hipótese de trabalho inicialmente apresentada. Porém, ainda foi necessário a realização de questionários, junto a órgãos administrativos da prefeitura da cidade de São Paulo responsável direta ou indiretamente pela construção, elaboração e gestão dos Centros Educacionais Unificados – CEUs, tais como a Secretaria de Infra-estrutura urbana e obras - SIUR/EDIF e a SMESP. Assim, a opção metodológica acerca da adoção de questionários visou tanto o levantamento de dados quantitativos quanto qualitativos, pois entendemos que “[...] *as entrevistas são indispensáveis à obtenção direta de informações essencialmente qualitativas, embora possam fornecer também informações de caráter quantitativo*” (MARANGONI, 2005: 172).

A pesquisa, aponta até aqui, que o projeto CEU não nasceu de uma hora para outra. Para alguns técnicos da SMESP, foi uma vitória tanto para os profissionais da educação, devido ao acúmulo de debates realizado a respeito da concepção de educação integrada. E também pelo fato de vir a atender as populações de áreas mais carentes da cidade de São Paulo, avalia Maria Carmen da Silva assessora técnica da SMESP.

Sobre a escassez de áreas para a criação de novas unidades Carminha, como é conhecida, na SMESP ressalta o fato do projeto inicial já estar consolidado. Assim, no momento não ocorre a busca por novas áreas na cidade, já que as 45 unidades previstas pela equipe que concebeu o projeto CEU desde o início, já estão praticamente finalizadas e ainda, a atual gestão municipal, criou mais uma “unidade diferenciada” em Heliópolis,

bairro paulistano. Neste local já existiam em um terreno uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e uma Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI), faltando uma creche e uma escola técnica. Atualmente, segundo a própria Carminha, a concepção em voga aponta para a integração de equipamentos públicos em locais que existam alguns desses equipamentos já consolidados e, é claro, se houver terreno disponível.

Contudo, a assessora técnica destaca que a dificuldade para a secretaria encontrar “estoques de áreas” na cidade de São Paulo para construção de equipamentos voltados para educação foi um problema. Segundo ela, essa dificuldade já ocorre a algumas décadas em função do “desordenamento” e da ocupação irregular da cidade.

Sendo assim, para a construção das primeiras unidades os técnicos responsáveis já se depararam com certas dificuldades para encontrar tais áreas. A princípio muitas áreas foram desapropriadas. Nas próprias palavras dela “*Não é que não vai ter mais [terrenos] não tinha...*” falando em relação à dificuldade de encontrar as áreas para implementação dos primeiros CEUs.

Conforme já apontado aqui, houve uma grande pesquisa prévia para o levantamento das áreas. Algumas unidades foram construídas em áreas verdes, onde foi preciso realizar um processo de compensação ambiental.

No momento não existem mais CEUs previstos, pois como Carminha mencionou, o projeto se consolida com a finalização dos 45 projetados a princípio, pois os equipamentos, apesar de suas vantagens são onerosos para a gestão pública municipal, sobretudo em função dos elevados custos com manutenção, equipamentos, mobiliário etc.

As prioridades atuais para a SMESP são as EMEIs e a adequação do ensino paulistano ao cumprimento da legislação federal que estabeleceu que o ensino fundamental ocorra em nove anos ao contrario do que era anteriormente com oitos anos de duração.

Portanto o balanço técnico da SMESP como aponta Carminha, é de que: a “rede CEU” foi feita, ou seja, apesar da troca de gestão o CEU enquanto política pública teve uma continuidade, inclusive se tornou completa com a criação de todas as unidades previstas. Ela enfatiza também que além das 45 unidades prevista desde o início, a gestão atual foi além, ou seja, com a construção de mais uma unidade diferenciada em Heliópolis. A “rede fechou”, ou seja, os setores mais vulneráveis foram todos contemplados com os Centros Educacionais Unificados (CEUS), afirmou a assessora técnica.

3. Considerações Finais

É no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta (SANTOS, 1987).

Como bem definiu o professor Milton Santos no livro *O espaço do cidadão* (1987) as “*desigualdades sociais (...) são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada um se encontra*”. A atuação do poder público no espaço urbano aprofundou estas desigualdades na medida em que promoveu a expansão urbana produzindo periferias, sem dotá-las de infra-estrutura (incluindo espaços para lazer, cultura e esporte).

Nesse sentido, como apontado acima, acreditamos que seja possível caminhar para o entendimento da cidade “(des)ordenada” como um produto das próprias relações capitalistas e se constituindo ao longo do tempo como uma “urbanização crítica” conforme

aponta Damiani. Segundo a autora tal urbanização representaria “(...) a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais” (DAMIANI, 2004: 30).

Assim...

[...] a urbanização é crítica. Se existe urbanização para uns, deixa por isso, de existir para outros, a menos que se coloque como necessidade radical; isto é, nesta forma de produzir o mundo, não é possível a urbanização para todos: é preciso enfrentar a propriedade privada e sua capitalização, com a produção do espaço (ibidem: 31).

Nos termos de Henri Lefebvre (1999), o espaço atualmente se enquadraria como uma “nova raridade”. Posto que com a generalização da urbanização temos a ocupação de “quase todas” as áreas livres disponíveis da metrópole, sobretudo em regiões centrais que já dispõem de infra-estrutura urbana consolidada (serviços de consumo coletivo, comércio etc.) produzindo o espaço como escassez impondo limites a expansão e reprodução econômica capitalista traduzida pela capitalização do solo urbano, tornando-se também um fator limitante para a construção de novos CEUs. O solo urbano enquanto produto da reprodução das relações capitalista de produção na cidade se generaliza e se torna mercadoria, dessa maneira é que podemos dizer que os espaços para o uso são cada vez mais insuficientes para todos na cidade. Segundo (CARLOS, 2001):

No momento atual do processo histórico, do ponto de vista da reprodução do capital, o processo de reprodução espacial, com a generalização da urbanização, produz, uma nova contradição: aquela que se refere a diferença entre a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da mancha urbana (com o parcelamento de antigas chácaras ou fazendas, como o caso de muitos bairros na metrópole paulista) e sua presente impossibilidade diante da escassez de áreas. Isto porque o espaço, enquanto valor, entra no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza, constituindo-se em raridade. Por outro lado, vivemos, hoje, um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade no capitalismo – passa a ser um limite a expansão econômica capitalista. Isto é, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente - e tornado mercadoria, no processo histórico - é apropriado privativamente, criando limites a sua própria reprodução. Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital. O que significa dizer que a "raridade" é produto do próprio processo de produção do espaço ao mesmo tempo que sua limitação - o que se configura como uma contradição do espaço (inerente ao seu processo de produção).

Nesse processo o solo urbano ganha status de mercadoria, portanto condição para a reprodução capitalista na cidade. Segundo CARLOS (idem)...

Nesse contexto o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo redefine constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada e uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado.

Segundo a autora a escassez do espaço intercambiável se constitui enquanto uma “raridade”, essa que é um produto do próprio processo de produção do espaço que o gerou. É importante mencionar de que não se trata aqui de problematizar o espaço “[...] *fazendo parte da reprodução da riqueza e constituindo raridade [...]*”, embora “[...] *Nesse processo, o espaço, na condição de valor, entra no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição), fazendo parte da reprodução da riqueza e constituindo raridade*” (CARLOS, 2001: 22). Nesse caso na totalidade do espaço da cidade a processo dinâmico entre os espaços produtos das reproduções capitalista e os espaços para a reprodução da vida se imbricam. Contudo o espaço enquanto mercadorias intercambiável se generaliza em nossa sociedade cada vez mais.

A cidade de São Paulo ao mesmo tempo em que vem se integrando à economia mundial, considerando o atual estágio de acumulação capitalista, do qual poderíamos afirmar representar o “*ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista*” (SANTOS, 2000: 23), representada através da (re)produção da cidade enquanto negócio impõe constantes redefinições dos usos dos lugares na mesma.

Como apontado por Carminha: “a rede CEU fechou” e as prioridades da SMESP também mudaram. Ou seja, não ocorrera, ou ao menos não estão previstas a construção de novas unidades. Assim os processos dinâmicos para identificar novas áreas adequadas para a construção desse equipamento público se encerram por enquanto. Dessa forma, em face das circunstâncias, tentou-se contemplar todas as regiões que demandavam tal equipamento. Ou seja, aquelas localidades que, ao mesmo tempo, apresentassem indicadores sociais desfavoráveis, mas, principalmente, terrenos disponíveis para a construção dos CEUs. Nesse sentido, delineiam-se com mais clareza os limites e possibilidades do CEU tomado enquanto política pública sem, contudo, entrar no mérito igualmente importante, da forma como são administrados. Entendemos então, que o projeto flerta com a possibilidade de sua realização enquanto utopia abarcando a totalidade da periferia de cidade de São Paulo em algum momento.

Assim, a elaboração de novos projetos, ou uma maior flexibilização dos já existentes. Como por exemplo, através da readequação dos módulos e estruturas existentes, ocupando uma área menor ou apontando para uma tendência de “verticalização das unidades”, como aconteceu em pelo menos um dos 45 CEUs.

Portanto, para uma possível continuidade desta pesquisa, acreditamos ser imprescindível, em um primeiro momento, problematizar a cidade e o urbano, para que posteriormente se possa problematizar mais profundamente a distribuição de formar mais equânime pelo território os “benefícios” trazidos pelo projeto CEU e, é claro, enfrentando os entraves de uma cidade extremamente edificada como é a cidade de São Paulo.

4. Referências bibliográficas:

ALVES, G. A. Centralidade e periferias: questões atuais. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2008, São Paulo. XV ENG: O espaço não pára - por uma AGB em movimento. São Paulo: AGB, 2008. v. 1. p. 1-11.

BONDUKI, Nábil, Depoimento in Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Periferia Revisitada, nº: 42. São Paulo: Ed. Neru, 2001

CARLOS, A. Fani A. Espaço-Tempo na Metrópole, São Paulo, Ed. Contexto, 2001.

_____. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a metrópole, São Paulo, Labur Edições 2007.

DÓRIA, Og Roberto Educação, CEU e cidade: Breve história da educação pública brasileira nos 450 anos da cidade de São Paulo, orgs: Roberto Dória e Maria Aparecida Perez, São Paulo: Livraria do Arquiteto, 2007.

DAMIANI, A. L. A cidade (des)ordenada e o cotidiano. Revista do departamento de Geografia. São Paulo, 1995.

_____. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A.F.A & OLIVEIRA, A. U. de (orgs) Geografia de São Paulo A metrópole de século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.

GOMES, I. L. . Centralidades Culturais e periferia na cidade de São Paulo: o caso do Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia – FFLCH-USP, 2008.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2ª Edição. 1993.

LANGENBUCH, Juergen R., Depoimento in Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Periferia Revisitada, nº: 42. São Paulo: Ed. Neru, 2001.

LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. O direito a Cidade. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

MARICATO, Ermínia, As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias in A cidade do pensamento único, Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

MARQUES, Eduardo César e BICHIR, Renata Mirandola. Investimentos Públicos, Infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. Periferia in Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Periferia Revisitada, nº: 42. São Paulo: Ed. Neru, 2001.

MARANGONI, A. M. M. C. Questionários e entrevistas algumas considerações. In: VENTURI, L.A.B. (Org.). Praticando Geografia técnicas de campo e laboratório. 1 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

MARTINS, José de Souza, Depoimento in Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Periferia Revisitada, nº: 42. São Paulo: Ed. Neru, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto e SILVA, Roberto da (orgs). Educação com Qualidade Social: A experiência dos CEUs de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Por uma outra globalização, Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000.

SÃO PAULO, Secretaria municipal de Educação. Exposições meu bairro, minha cidade realizadas nos 21 CEUs – Centros Educacionais Unificados, CD-ROM, 2003/2004.

ANEXOS

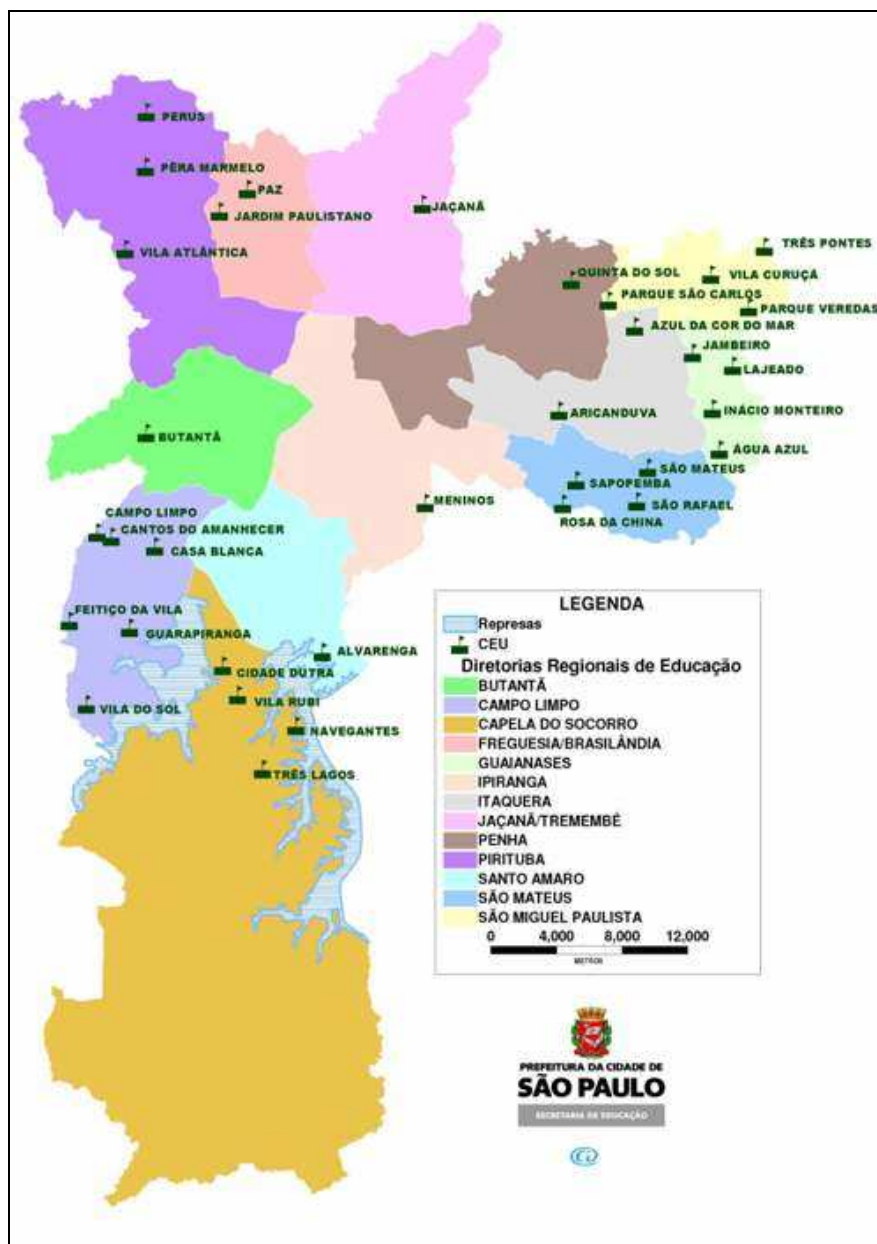
Figura 01: Vista da área onde foi contruido o CEU Butantã



Fonte: Subprefeitura Butantã

Está foto dá uma dimensão da área no Jardim Esmeralda, onde foi o construído o CEU Butantã, em atividade desde 27/09/2003 segundo o site da Secretária municipal de educação (<http://educacao.prefeitura.sp.gov.br>).

Figura 02: Distribuição parcial dos CEUs no município de São Paulo



Fonte: www.educacao.prefeitura.sp.gov.br/